

Thiago Rovêdo
thiago.roviedo@rac.com.br

O Ministério Público do Trabalho (MPT) iniciou um trabalho para auxiliar a entrada de pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Campinas (RMC). O Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizou um mapeamento relativo à inclusão dessa parcela da população, que será repassado às prefeituras para o desenvolvimento de políticas públicas e captação de empresas interessadas.

Cesit, da Unicamp, realizou um estudo sobre essa população

A partir da realidade levantada pela pesquisa do Cesit, o MPT informou que o próximo passo será o de intensificar o trabalho promocional de diálogo com as partes interessadas, como prefeituras, empresas e entidades na inclusão de PcDs e reabilitados nas empresas.

"Os números mostram que, embora tenhamos um arcabouço jurídico muito consistente na promoção do direito ao trabalho dessa parcela da população, ainda temos um longo caminho a percorrer. Mediante uma atuação que promove uma interlocução social, o MPT abre um diálogo com a sociedade, de modo a debater as dificuldades, incentivar avanços sobre o dever do cumprimento da lei e da Constituição frente as demandas apresentadas à Instituição", explicou a procuradora e coordenadora regional da Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), Danielle Olivares Corrêa.

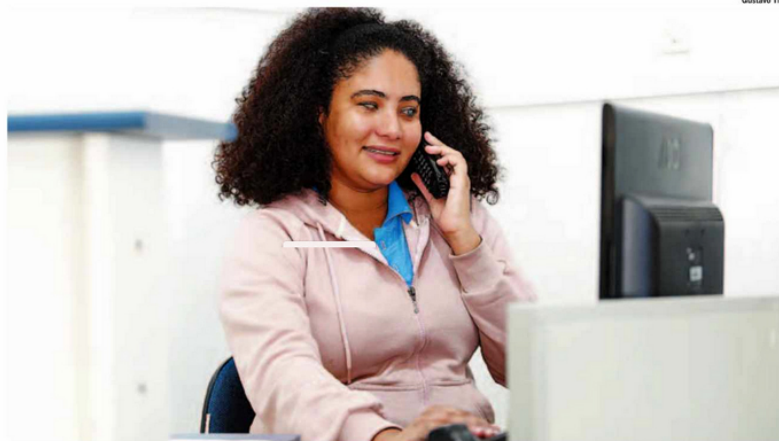
O estudo traz dados relativos ao perfil demográfico desse segmento - como gênero, escolaridade, tipo de deficiência etc., além da evolução dos vínculos formais, vagas disponíveis no mercado de trabalho e o cumprimento da cota de contratação prevista em lei, dentre outras informações.

Os dois primeiros itens do estudo apresentam informa-

FORÇA-TAREFA

MPT quer ampliar entrada de PcDs no mercado de trabalho

Apesar da Lei de Cotas, o caminho para equilibrar a oferta e procura é longo



Jaqueline Silva dos Santos, de 32 anos, trabalha como auxiliar de escritório no Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores: "só com indicação"

ções relevantes sobre vagas entre os períodos de 2020 e 2021. No ano passado, as contratações tiveram um aumento de 56,82% - com 2.230 PcDs admitidas, enquanto no ano anterior, 2020, os contratados somaram 1.422. As demissões também variaram para cima para esse segmento demográfico nos mesmos períodos: em 2020, 2.102 PcDs perderam seus empregos, enquanto em 2021, esse dado saltou para 2.382 - um percentual de 13,32%.

A parceria do MPT com o Cesit nasceu com o objetivo de desenvolver um projeto de pesquisa acadêmica que fornecesse dados estatísticos fidedig-

nos, os quais pudessem dar suporte ao planejamento de ações. O estudo possibilita que cada município tenha uma base de dados confiável quanto ao número de PcDs potencialmente aptas ao mercado de trabalho, utilizando-se de vários parâmetros", explicou.

Segundo o levantamento do Cesit, em dados estimados para 2022, há um total de 171.668 pessoas com deficiência na RMC. Destas, 101.309 com idade entre 20 e 64 anos (potencialmente aptas ao trabalho) e 81.559 acima de 64 anos. Na faixa etária de 15 a 19 anos estão 4.572 PcDs na RMC, ou seja, com potencial para ingressar em programas de aprendiza-

gem. Jaqueline Silva dos Santos, de 32 anos, trabalha como auxiliar de escritório no Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores e avaliou que o mercado de trabalho realmente é complicado para quem possui alguma tipo de deficiência. Ela relatou que seus amigos e amigas, que também são PcDs, acabam conseguindo trabalho apenas por indicação.

"A questão do mercado de trabalho é bem complexo. São poucos os que conheço que estão trabalhando. Falando do deficiente visual, nós temos dificuldades, porque chegamos na entrevista e a pessoa fica perguntando se conseguimos fa-

zer isso ou aquilo... tudo muito desnecessário. No fim, a gente acaba arrumando emprego por indicação. Eu mesma consegui entrar aqui porque já era usuária do Instituto. Depois passei a aprender por dois anos e há um ano estou em definitivo", afirmou.

A atual rotina de Jaqueline, além de funções administrativas comuns de um escritório, inclui a elaboração e impressão de cardápios em braille para os estabelecimentos das cidades. "Eles me mandam o conteúdo do cardápio e eu digito em um programa que já transforma em braille. Depois é só mandar para uma impressora especial que temos aqui e o

material fica pronto", explicou. O estudo apontou que em 2019 estavam previstas 17.837 vagas para PcDs e reabilitados nos 20 municípios da RMC, em números absolutos, no entanto, apenas 8.663 foram ocupadas (47,2%), gerando um gargalo de 9.174 vagas não ocupadas (52,8%).

"Primeiro levantamos o número de empresas por tamanho, ou seja, de acordo com o previsto na Lei de cotas. Selecionadas aquelas com mais de 100 funcionários, aplica-se o percentual que cada uma delas deveria cumprir com vagas para pessoas com deficiência. A partir desse cálculo, verificamos na Rais publicada pelo Ministério do Trabalho, o número de pessoas contratadas no ano de estudo por cidade da RMC", explicou Maria de Lourdes Alencar, pesquisadora do Cesit e uma das responsáveis pelo mapeamento.

O estudo também foi feito por Daniel Morales, Guirlanda Benevides e Jacqueline Souen.

O que diz a lei

A lei de cotas para PcDs, oficialmente chamada de Lei de Cotas, foi sancionada em 1991 e estabelece que empresas com cem ou mais empregados devem preencher uma parte dos seus cargos com pessoas com deficiência. A consultora de Recursos Humanos, Helena Ribeiro, analisou que o processo tem passado por mudanças, inclusive com empresas fazendo o trabalho social voltado à humanização. "Por outro lado, algumas organizações, embora contratem, não entendem corretamente o conceito de inclusão. Se fosse um processo mais inclusivo, o desempenho poderia ser até melhor", afirmou.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Página:** 5